



**“TEMPOS DIFÍCEIS”: A UNIVERSIDADE E SEU PAPEL JUNTO À
DEMOCRACIA NO BRASIL¹**

**“DIFFICULT TIMES”: UNIVERSITY AND ITS ROLE WITH DEMOCRACY IN
BRAZIL**

Rita de Cassia Martins de Souza²

RESUMO

Trata-se de palestra apresentada em outubro de 2018 na XXI Semana de Geografia UFU "A Geografia dos movimentos sociais: perspectivas e desafios na atual conjuntura brasileira". Este trabalho faz parte do desenvolvimento da pesquisa financiada pela FAPEMIG sob o título: "A geografia produzida em Minas Gerais: os cursos de Geografia na UFMG, UFJF, UNIMONTES, UNIFAL e UFU e seu papel na estruturação do território mineiro". Processo: APQ-01851-15

PALAVRAS-CHAVE: Universidade, Democracia, Tempo Presente

ABSTRACT

Lecture presented in October 2018 at the 21st UFU Geography Week "The geography of social movements: perspectives and challenges in the current Brazilian context". This work is part of the development of research funded by FAPEMIG under the title: "Geography produced in Minas Gerais: Geography courses at UFMG, UFJF, UNIMONTES, UNIFAL and UFU and their role in structuring the territory of Minas Gerais". Process: APQ-01851-15

KEYWORDS: University, Democracy, Present Time

¹ Este trabalho faz parte do desenvolvimento da pesquisa financiada pela FAPEMIG sob o título: "A geografia produzida em Minas Gerais: os cursos de Geografia na UFMG, UFJF, UNIMONTES, UNIFAL e UFU e seu papel na estruturação do território mineiro". Processo: APQ-01851-15

² Docente de Graduação e Pós -Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: ritacmsou@gmail.com

*Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro
Em seguida levaram alguns
operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns
desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com
ninguém
Ninguém se importa comigo*

Bertolt Brecht

Vivemos tempos difíceis. Tempos que nos parecem estranhos. O título nos remete à obra de Charles Dickens de 1854 em meio à Revolução Industrial e aos desatinos de uma sociedade em ebulição no surgimento de um mundo completamente novo. Talvez seja mesmo essa a situação que vivemos. De um tempo novo que se anuncia e do medo dos novos desafios que se colocam. Talvez seja isso que tenha despertado os zumbis do passado que têm emergido e aterrorizado as nossas esperanças de um mundo novo onde as culturas se encontram, a diferença aflora, as tantas novas ideias (e as nem tão novas assim) que acenam para uma sociedade global, plural, diversificada onde o respeito é a condição *sine que non*.

No Brasil, desde o fim da ditadura militar em 1985 e, principalmente, desde a promulgação da Constituição cidadã em 1988, parecia que íamos sempre em frente, num processo de construção acelerado de uma democratização tão ansiada por tantos anos. Processo complexo em vista da ausência de instrumentos jurídicos e práticos do exercício do livre pensar e da necessária construção de estratégias de organização que foram negadas ao longo de toda a história brasileira. Um livre “se organizar” que foi sucessivamente negado com apenas alguns intervalos que mal deram o tempo necessário para começar um processo realmente democrático.

Em termos institucionais, sem dúvida, o período de 1988 para cá foi o mais longo desse exercício e justamente pelo curto tempo de amadurecimento da democracia na sociedade brasileira exige-se muita paciência para que ela avance, assim como uma vigília para que os grupos conservadores não avancem sobre o poder novamente. Levando em conta que a democracia exige a liberdade de participação de todos os grupos presentes na sociedade de modo que os interesses específicos possam aflorar e serem debatidos, temos que ter em conta permanentemente que não se abre mão do poder simplesmente por ter se instalado um processo democrático. Por isso a necessidade da vigília permanente.

No processo de democratização que vimos experimentando, a universidade tem papel central em vários sentidos e não é sem razão que grandes esforços e grande atenção vêm se concentrando sobre ela. Na própria origem da instalação nos moldes em que temos nossas universidades até hoje, ou seja, desde 1934, com a instalação da Universidade de São Paulo, estava um princípio de rebeldia e de libertação do atraso. Nos documentos de fundação da USP consta o espírito renovador dos quadros do pensamento brasileiro, a formação de novas lideranças e a necessidade de modernização em todos os sentidos. De lá para cá, a universidade que se estendeu para quase todos os cantos do Brasil, levou esse espírito de renovação e de guardião do livre pensar.

O tripé ensino-pesquisa-extensão está na base das universidades brasileiras, a despeito da flexibilização que vem se propondo desde a LDB/96, em que o ensino vai se desligando da pesquisa e da responsabilidade com a extensão. Vale lembrar que o sistema educacional brasileiro é regulamentado pela Constituição, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e por um conjunto de decretos, regulamentos e portarias.

Ainda que mediante todas as dificuldades encontradas e as barreiras impostas pelos centros hegemônicos do poder, a universidade brasileira é responsável pela maior parte do conhecimento científico gerado internamente (90% na verdade). Porém, além dessa função essencial, a universidade tem como princípio a formação dos indivíduos num sentido mais amplo e revela-se como fator de desenvolvimento social. Se por um lado, o ensino pode colocar o indivíduo em relação com o produto da ciência, a pesquisa coloca-o em relação com o seu desenvolvimento, sua elaboração, dando-lhe instrumentos para produzir conhecimentos novos a partir de sua própria

formação profissional. Segundo Saviani “... *ninguém chega a ser pesquisador, a ser cientista, se ele não domina os conhecimentos já existentes na área em que ele se propõe a ser investigador, a ser cientista.*” (SAVIANI,1984, p.51).

Por outro lado, não basta que toda a produção científica, gerada nesses centros de excelência, permaneça como conhecimento “morto”, ou meramente como instrumentos de poder de uma minoria na sociedade. Há que se promover sua socialização num sentido muito mais amplo e profundo. Mesmo sabendo que a extensão universitária apareceu com um propósito um tanto maniqueísta durante os governos militares, numa concepção paternalista e nada dialética, ainda assim, é possível torná-la uma concepção mais propositiva. Frente essencial e permanente das universidades brasileiras, o ensino constitui-se no principal desembocadouro de todos os esforços de pesquisa, direta ou indiretamente. Desde a Reforma da educação de 1968, o ensino, a pesquisa e a extensão constituem-se na tríade sustentadora das universidades públicas no Brasil.

Mas em primeiro lugar é necessário lembrar que, para cada projeto educacional há um projeto político que o antecede e o respalda. Nesse sentido é fundamental começarmos entendendo que a sala de aula, sendo um espaço de reprodução do conhecimento, também é um espaço de “construção”, de “formação”, ou, como querem alguns, de “educação”. O processo deve ser coletivo em que o professor é pesquisador e assim deve formar seus alunos no sentido de encaminhá-los para uma postura de professor pesquisador. Se por um lado não se pode pensar um educador que não seja competente no domínio do conhecimento técnico e científico de sua área de atuação, também não é possível pensar um professor que não entende do que ensina. A formação do professor precisa levar em conta que este vai lidar com pessoas e com grupos, num sentido político. A formação do professor ainda na universidade tem como desafio fazê-lo entender e respeitar as diferentes posições políticas que esse professor vai lidar no cotidiano da escola. Essa formação precisa garantir a construção com os sujeitos interessados, ou seja, os seus alunos, os conhecimentos e as capacidades que lhes concernem e competem. (Marques, 1992, p.162). Nesse sentido, é inadmissível uma “escola sem partido” conforme vem se propondo por alguns setores no Brasil.

É inegável o grande potencial das universidades no sentido de oferecer formação de excelência e atingir amplos setores da sociedade. Entretanto, sente-se ainda a

ausência de uma postura mais propositiva atingindo com mais consistência e efetividade o campo da extensão. Este exige a conjugação dos esforços dos órgãos públicos e das universidades permitindo um diálogo necessário entre estes e os agentes das comunidades envolvidas. Há de se estabelecer e de ampliar o debate acerca da concepção, da execução e da avaliação de empreendimentos em caráter de extensão. As instituições de ensino superior, principalmente as públicas, têm em si uma obrigação de dar respostas às questões sociais nas quais estão inteiramente envolvidas, não podendo escapar de sua responsabilidade com as comunidades mais diretamente a elas ligadas, principalmente as mais carentes em termos materiais.

Entendo que a universidade deve se pautar por uma prática transformadora em que o ensino, a pesquisa e a extensão universitária devem estar umas aliadas às outras para que, esta última não seja apenas um espaço destinado a angariar recursos, mas, que se consolide como instrumento de emancipação social e que permita a formação de um verdadeiro potencial crítico na sociedade.

Levando em conta a organização das universidades públicas que, apesar de todas as suas dificuldades, hoje garantem a possibilidade de inserção social aos brasileiros, temos que ela, enquanto instituição fundamental se constitui como uma peça chave no processo de modernização no Brasil. Entretanto, para além dessa função, as universidades públicas brasileiras, pelo espírito com que foram criadas e no processo da luta pela sua manutenção e seu desenvolvimento particular no processo de formação da sociedade, acabam desempenhando, muitas vezes a contragosto dos grupos conservadores, um papel central também no processo de democratização.

Pelo livre pensar, mas ainda mais pelo espírito crítico que abre a possibilidade de deslindar a vida no sentido amplo que ela tem. Os embates, o exercício do pensamento mais do que a mera reprodução do conhecimento já adquirido, estimula o que há de mais sagrado para os seres humanos, ou seja, o encontro consigo mesmos, com suas visões de mundo (para usar o conceito do filósofo Lucien Goldmann). Isso, nem de longe, significa padronização, homogeneização do pensamento, significa a garantia da possibilidade da formação esclarecida de múltiplas posições políticas em amplo sentido.

Entretanto, devemos ter claro, como já anunciei nesta fala, que a educação, em qualquer um dos níveis em que for pensada, acompanha um projeto de sociedade, um

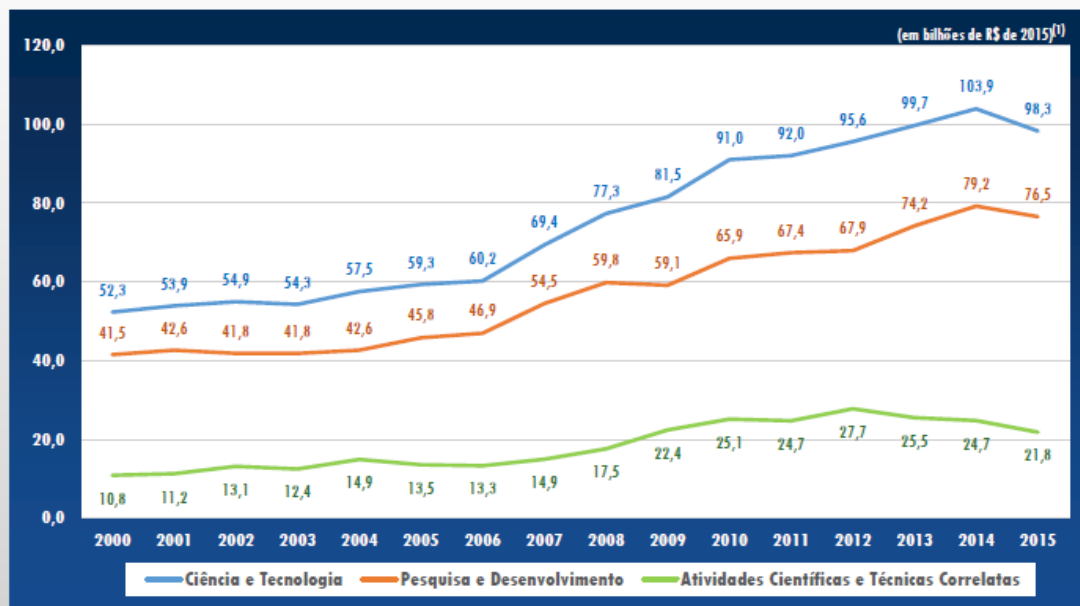
projeto de país, um projeto de Estado. A universidade como a grande mestra de todos os níveis de educação, pode sim ser o foco, o ponto irradiador de uma democratização, porém ela pode também, num contexto de despotismo, ser a irradiadora do pensamento autoritário e que guarda a sete chaves o conhecimento apenas para alguns.

Lutamos muito pela democratização, pela possibilidade de uma sociedade que se autoconstrói. Muitos morreram por esta causa, mas muitos mais foram os que se debruçaram sobre suas tarefas em particular na universidade: os que se esforçaram nas salas de aula ensinando e ensinando a ensinar, os que lutaram bravamente para desenvolver o conhecimento em suas iniciações científicas, em seus mestrados em seus doutorados, nos seus laboratórios, sozinhos ou nas redes de pesquisas. Muitos foram os que enfrentaram o desafio de dedicar quatro ou mais anos de suas vidas para alcançar seus diplomas, muitas das vezes conciliando trabalho e faculdade. Uma imensa rede de servidores que se dedicaram a permitir que a universidade brasileira pudesse produzir tudo o que produziu e pode produzir muito mais.

Nesse espírito, gostaria de mostrar alguns dados dos últimos esforços e do que vimos alcançando nas últimas décadas:

1. Os investimentos em ciência e tecnologia no Brasil vem sofrendo um crescimento gradativo do ano 2000 até 2014, entretanto é notável o salto a partir de 2006 denotando um programa que indica o fortalecimento do desenvolvimento científico e tecnológico no país. A queda a partir de 2015 acompanha a crise econômica internacional e também interna.

Gráfico 1 Dispendio nacional em ciência e tecnologia (C&T) (em valores de 2015) por atividade, 2000-2015

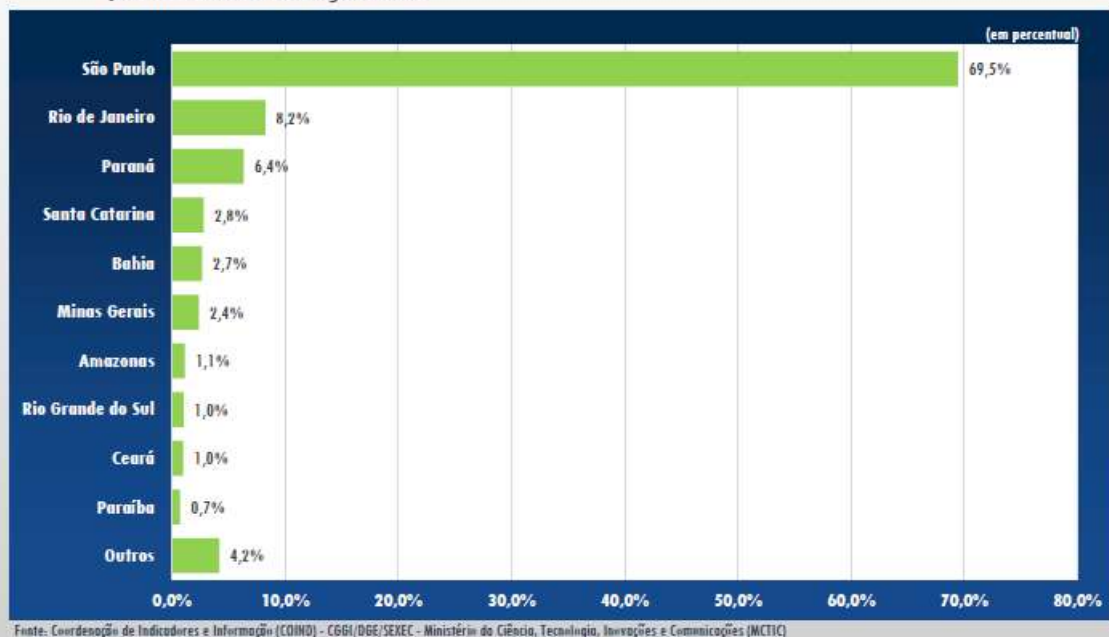


Fonte: Coordenação de Indicadores e Informação (COIND) - CGGI/DGE/SEXEC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

Nota(s): 1) Valores obtidos através dos multiplicadores utilizados pelo Banco Central para deflacionar o PIB, publicados na tabela "Produto Interno Bruto e taxas médias de crescimento" em <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>

- Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento acompanham as desigualdades regionais do país. Entretanto, a diferença dos percentuais de São Paulo em relação aos demais estados da federação indicam claramente que a desconcentração industrial desde as últimas décadas do século XX, não implicaram necessariamente no investimento em conhecimento autônomo em todos os lugares. Ao contrário, São Paulo segue investindo fortemente no conhecimento como fonte de desenvolvimento (praticamente 70% dos dispendios com investimento em pesquisa e desenvolvimento estão em São Paulo).

Gráfico 14 Distribuição percentual dos dispêndios dos governos estaduais em pesquisa e desenvolvimento (P&D), por unidade da federação, 2015



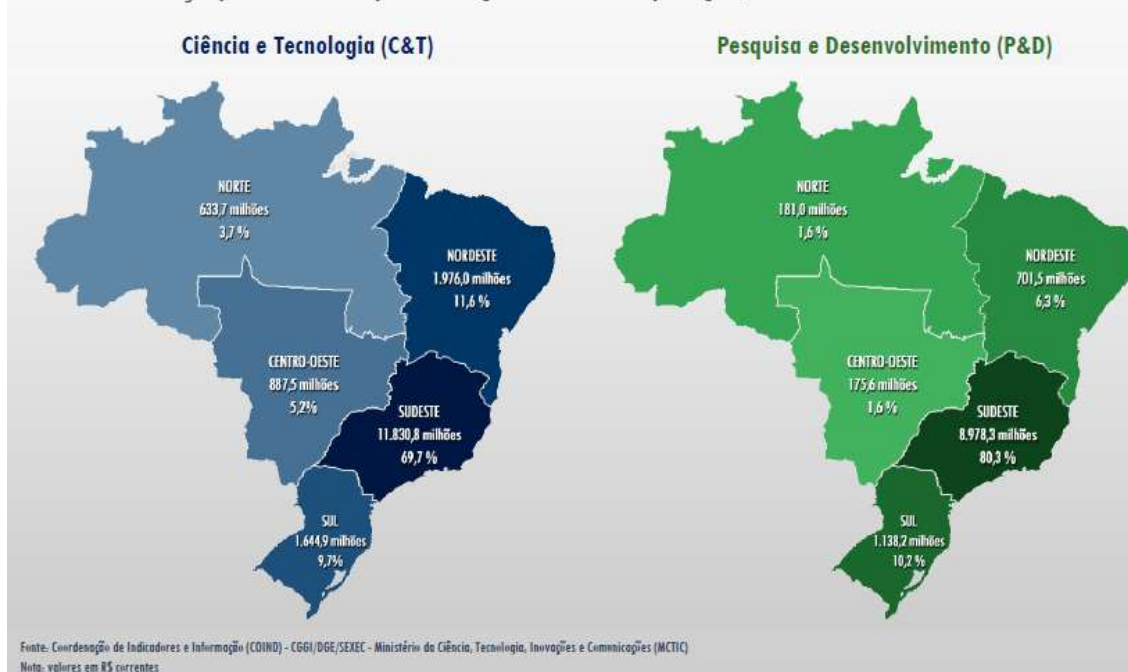
3. A distribuição regional dos investimentos aponta ainda a concentração desigual:

O investimento no Sudeste em ciência e tecnologia (11.830,8 milhões) significa 6 (seis) vezes mais que a segunda região de maior investimento que é o Nordeste (1.976,0 milhões)

A região que menos investe em ciência e tecnologia é o Norte (633,0 milhões) e em pesquisa e desenvolvimento (181,0 milhões)

A dependência das demais regiões do país em relação à produção de conhecimento e tecnologia é algo de estrondoso. A concentração dos investimentos sinaliza o controle de uma região sobre as outras.

Gráfico 12 Distribuição percentual dos dispêndios dos governos estaduais por região, 2015



4. O salto em termos de sujeitos formados entre o ano de 2000 e 2015 é de

Tabela 2.2.1 Concluintes no ensino superior por áreas gerais, 2000-2015

Ano	Total	Educação	Humanidades e Artes	Ciências Sociais, Negócios e Direito	Ciências, Matemática e Computação	Engenharia, Produção e Construção	Agricultura e Veterinária	Saúde e Bem-Estar Social	Serviços
2000	352.307	91.091	11.434	139.947	28.882	24.165	7.236	45.900	3.652
2001	395.988	109.048	13.399	151.540	31.201	25.310	7.913	51.849	5.728
2002	466.260	134.204	15.877	174.316	35.670	28.024	8.780	60.363	9.026
2003	528.223	144.735	18.628	201.392	40.325	30.456	9.888	70.487	12.312
2004	626.617	182.199	21.042	237.891	48.667	33.148	10.256	77.868	15.546
2005	717.858	199.392	24.810	277.572	56.436	36.918	11.874	90.610	20.246
2006	736.829	173.759	27.196	299.246	59.821	41.491	13.552	103.950	17.814
2007	756.799	171.806	28.084	301.173	58.974	47.016	15.293	114.056	20.397
2008	800.318	168.983	29.122	328.239	61.528	47.098	16.305	128.389	20.654
2009	826.928	148.731	29.760	349.954	64.291	55.427	18.890	137.755	22.120
2010	829.286	161.435	22.424	361.820	52.127	57.615	18.094	133.797	21.974
2011	865.161	161.418	25.182	371.849	54.467	63.077	19.477	147.042	22.649
2012	876.091	147.874	26.104	384.983	56.621	72.411	18.598	146.117	23.383
2013	829.938	139.914	26.663	368.279	52.779	78.661	18.743	123.313	21.586
2014	837.304	142.184	27.788	362.352	53.127	86.346	19.716	122.423	23.348
2015	916.363	152.794	28.481	390.831	55.956	102.870	22.367	139.173	23.891

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Sinopse Estatística do Ensino Superior- Graduação. MEC/Inep, Brasília: vários anos em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> (tabela 6.2)

5. O aumento do número de alunos no ensino superior salta em quase 40% no período 2000 a 2015

O número de doutores salta de 5.218 em 2000 para 20.603 em 2016 enquanto o número de mestres salta de 17.611 (2000) para 49.002 (2016)

O aumento significativo da qualidade do pessoal formado se expressa também nos mestrados profissionais que saltam de 210 (2000) para 10.612 (2016) revelando claramente a tendência da qualificação profissional no Brasil.

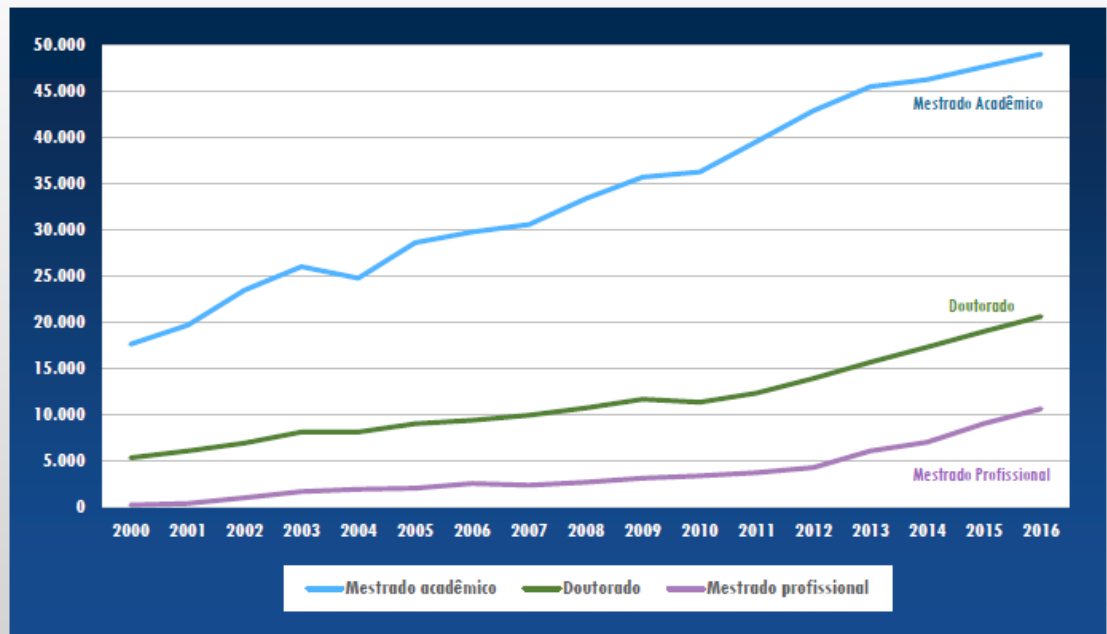
Tabela 2.3.1 Alunos matriculados e titulados nos cursos de mestrado e doutorado, ao final do ano, 2000-2016

Ano	Doutorado matriculados	Doutorado titulados	Mestrado acadêmico matriculados	Mestrado acadêmico titulados	Mestrado profissional matriculados	Mestrado profissional titulados
2000	32.900	5.318	60.425	17.611	1.131	210
2001	35.134	6.040	62.353	19.651	2.956	362
2002	37.728	6.894	63.990	23.457	4.350	987
2003	40.213	8.094	66.951	25.997	5.065	1.652
2004	41.261	8.093	69.190	24.755	5.809	1.903
2005	43.942	8.989	73.805	28.605	6.301	2.029
2006	46.572	9.366	79.050	29.742	6.798	2.519
2007	49.667	9.915	84.356	30.559	7.638	2.331
2008	52.750	10.711	88.295	33.360	9.073	2.654
2009	57.917	11.638	93.016	35.686	10.135	3.102
2010	64.588	11.314	98.611	36.247	10.213	3.343
2011	71.890	12.321	105.240	39.544	12.505	3.689
2012	79.478	13.912	109.515	42.878	14.724	4.260
2013	88.337	15.650	109.720	45.490	20.810	6.045
2014	95.383	17.286	114.341	46.245	25.326	6.998
2015	102.207	18.996	120.050	47.644	28.384	9.023
2016	107.640	20.603	126.436	49.002	32.742	10.612

Fonte: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>

- Em gráfico o aumento exponencial da qualificação dos profissionais em todas as áreas se manifesta nas curvas ascendentes dos mestrados (acadêmico e profissional) e do doutorado.

Gráfico 27 Alunos titulados nos cursos de mestrado e doutorado, 2000-2016



Fonte: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>

- Embora haja um aumento dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de uma forma geral entre os países selecionados na tabela, deve-se ressaltar o aumento extraordinário na China de 33,0 (2000) para 408,8 bilhões de dólares (2015), em comparação com os EUA de 269,5 (2000) para 502,9 bilhões de dólares (2015). O Brasil, embora tenha experimentado um salto de 16,5 (2000) para 41,0 bilhões de dólares (2015) teve um aumento tímido diante dessas potências. Deve-se atentar ainda para o incremento experimentado na Coreia, cujo determinação em sair da pobreza através de um investimento pesado na educação tem servido de modelo para muitos países subdesenvolvidos como o Brasil: 18,5 (2000) próximo do índice brasileiro para 74,1 bilhões de dólares (2015) pouco mais de 6 vezes que o índice brasileiro em 2015.

Tabela 7.1 Dispendios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de países selecionados, 2000-2015

(em bilhões de US\$ correntes de PPC⁽¹⁾)

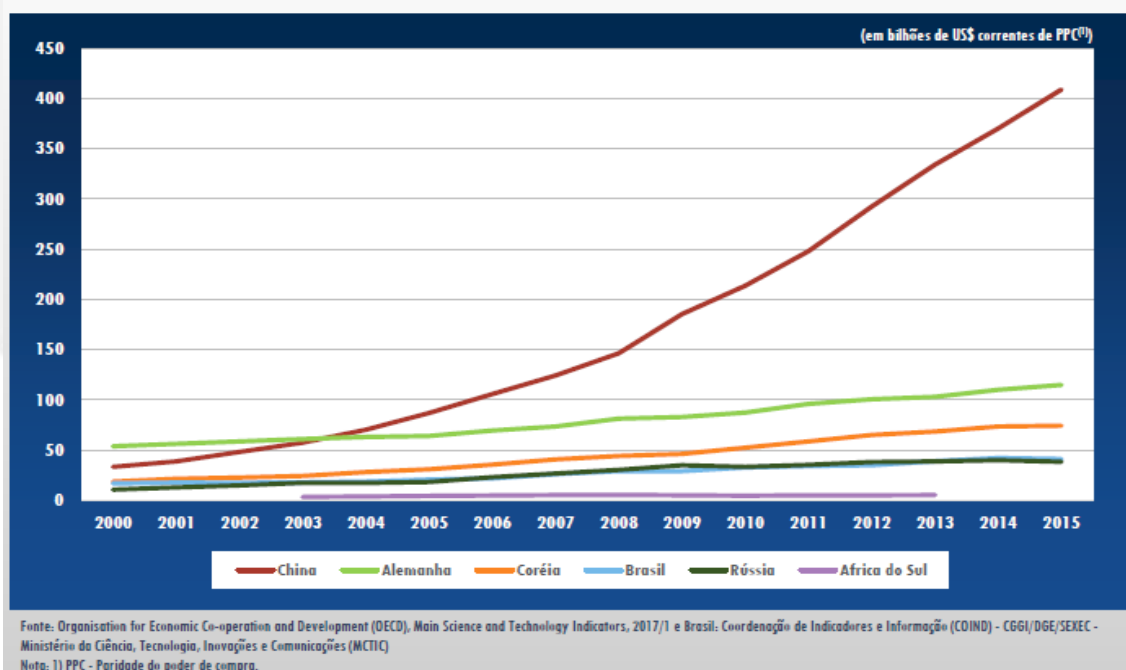
País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
África do Sul	-	2,6	-	3,1	3,5	4,1	4,6	4,9	5,2	4,8	4,4	4,7	4,8	5,0	-	-
Alemanha	53,6	56,1	58,4	60,8	62,8	63,9	69,3	73,3	81,1	82,8	87,1	95,8	100,5	102,9	109,8	114,8
Argentina	1,8	1,7	1,4	1,6	1,9	2,3	2,7	3,1	3,4	4,0	4,3	4,7	5,3	5,3	5,0	5,6
Brasil	16,5	17,4	17,3	17,7	18,5	20,5	21,7	25,8	28,9	28,8	32,5	33,9	34,8	38,6	42,0	41,0
Canadá	16,7	19,0	19,1	20,1	21,6	23,1	24,1	24,8	24,9	25,1	24,9	25,6	26,2	26,5	27,9	27,1
China	33,0	38,5	48,1	57,1	70,1	86,8	105,6	124,2	146,1	185,3	213,5	247,8	292,2	334,1	370,1	408,8
Coreia	18,5	21,3	22,5	24,1	27,9	30,6	35,4	40,6	43,9	46,0	52,2	58,4	64,9	68,2	73,2	74,1
Espanha	7,7	8,4	9,7	10,8	11,7	13,3	16,0	18,2	20,3	20,3	20,1	19,9	19,3	19,3	19,3	19,7
Estados Unidos	269,5	280,2	279,9	293,9	305,6	328,1	353,3	380,3	407,2	406,4	410,1	429,8	437,1	457,6	479,4	502,9
França	33,2	36,2	38,3	37,1	38,2	39,5	42,3	44,2	46,6	49,7	51,0	53,6	55,1	58,4	59,5	60,8
Itália	15,5	16,7	17,7	17,7	17,9	18,2	20,4	22,5	24,2	24,9	25,4	26,1	27,4	28,5	30,3	30,1
Japão	98,8	103,8	108,2	112,2	117,6	128,7	138,6	147,6	148,7	137,0	140,6	148,4	152,3	164,7	170,5	170,0
México	3,4	3,6	4,2	4,4	4,8	5,3	5,5	6,7	7,8	8,5	9,3	9,8	9,8	10,3	11,6	11,6
Portugal	1,4	1,6	1,5	1,5	1,6	1,8	2,5	3,0	4,1	4,4	4,4	4,1	3,8	3,9	3,9	3,9
Reino Unido	25,1	26,4	27,9	28,6	29,4	30,6	33,3	35,2	36,5	36,5	37,6	38,8	38,5	41,5	44,2	46,3
Rússia	10,5	12,7	14,6	17,2	17,0	18,1	22,9	26,5	30,1	34,7	33,1	35,2	37,9	38,6	39,8	38,1

Fonte: Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), Main Science and Technology Indicators, 2017/1 e Brasil: Coordenação de Indicadores e Informação (COIND) - CGGI/DGE/SEXEC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

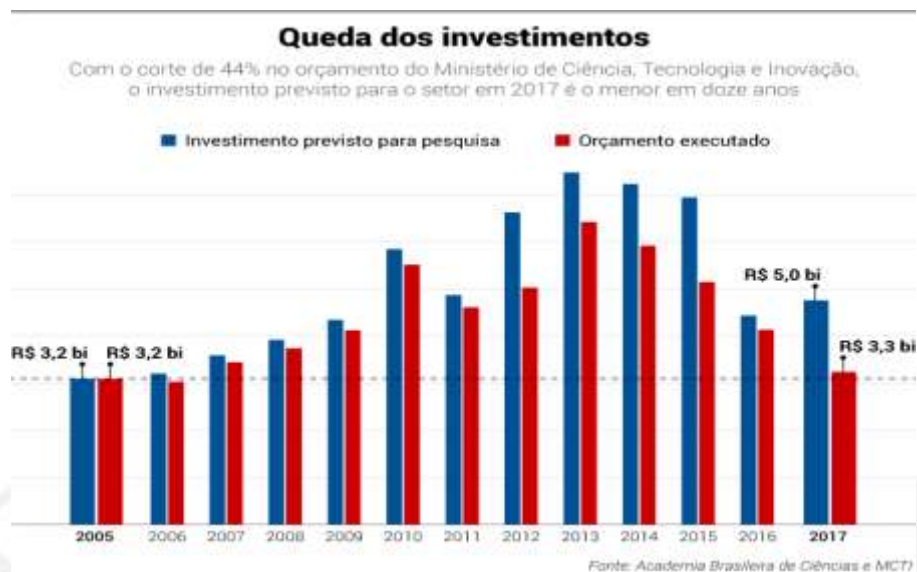
Nota: 1) PPC - Paridade do poder de compra.

8. Em gráfico, pode-se observar as diferentes curvas de crescimento dos investimentos em ciência e tecnologia nos seguintes países: China; Alemanha; Coreia; Brasil; Rússia; África do Sul

Gráfico 55 Dispendios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de países selecionados, 2000-2015



9. Finalmente, pode-se visualizar a queda de 44% já prevista para o ano de 2017, depois da saída de Dilma Roussef do governo. Queda muito maior para os próximos anos já anunciada.



Para encerrar gostaria de lembrar que a Geografia tem um papel primordial a cumprir nesse quadro montado ao lado das demais “disciplinas” científicas. As reflexões e as elaborações sobre a produção do espaço, mais e mais são exigidas pela sociedade globalizada na qual estamos todos inseridos. A grande mazela da desigualdade social que nos aflige não pode ficar para fora dos nossos muros para sempre. Uma mudança fundamental e descomunal há de ser feita. No sentido de derrubar os muros da indiferença e numa esperança quase utópica de que um dia o esclarecimento, o verdadeiro sentido da educação e do entendimento sairá vitorioso. Seremos capazes de dialogar com as diferenças e de aprender a dar espaço para todos os grupos nesta sociedade. Espaço para as boas condições materiais de existência, espaço para que a maioria dos brasileiros tenha acesso ao conhecimento que produzimos e ao conforto material negado sistematicamente à maior parte de nós. Não se trata apenas de discurso, mas de uma necessidade de tomar posição mediante o contexto que estamos vivendo de pré-eleição (2018) e dos rumos da sociedade brasileira. É uma necessidade premente da nossa própria evolução. Os pobres não poderão permanecer fora do mercado consumidor para sempre se o processo de desenvolvimento capitalista continuar em curso no país. De outro lado, quem sabe, não podemos acreditar como o professor Milton Santos na revolução dos pobres e no rompimento com as garras da exploração? Ou nos Espaços de Esperança de David Harvey? Sem dúvida dependemos totalmente de nosso discernimento neste momento e de nosso papel e obrigação de permanecermos vigilantes e combativos em torno dos rumos que desejamos para nós como um coletivo.